



Aliança estratégica entre jornalismo e academia

Strategic alliance between journalism and academia

https://doi.org/10.14195/2183-6019_3_3

Resumo

Condicionado pela dimensão financeira do mercado e pelo impacto das novas tecnologias, o jornalismo encontra-se numa encruzilhada. Perante a ameaça que passa o quadro de valores que estruturam a profissão, sobrepõe-se a necessidade de estabelecer uma aliança estratégica entre o jornalismo e a academia (cursos de jornalismo/comunicação). Se os cursos de jornalismo/comunicação estão a ser, cada vez mais e um pouco por todo o mundo, a porta de entrada na profissão, a academia deve assumir centralidade no processo, formando profissionais que estabeleçam um compromisso com o público. A receita é complexa: profissionais que resistam aos condicionalismos impostos pelo mercado, que fazem o jornalismo vacilar, e que ao mesmo tempo respondam criticamente, inovando, produzindo alternativa, às necessidades do mercado. Este percurso reclama uma maior aproximação entre academia e profissão; uma aproximação construtiva que não aniquile a identidade de nenhuma das partes.

Palavras chave: Ensino, aliança, academia, jornalismo, mercado, tecnologia.

Abstract

Driven by market and its financial dimension but also by a digital paradigm, the entire journalism structure stands at a crossroad. Only a strategic alliance between journalism and the academy (journalism/communication courses) can face the threats that endanger journalism values. As journalism /communication courses are increasingly becoming the main gateway to the profession, academy must ensure a central role in the process, training professionals committed to inform the public. The formula is complex: it requires professionals who are strong enough to resist the market constraints that weaken journalism, and, at the same time, are capable of giving critical responses to market demands by innovating and producing alternatives. This goal requires a closer tie between academy and profession, a constructive approach which will not annihilate the identity of either.

Keywords: Teaching, alliance, academy, journalism, market, technology.

Introdução

Em Portugal, como noutras geografias europeias – Espanha, e Inglaterra, principalmente – e nos Estados Unidos da América, a realidade tem-se encarregado de estabelecer como critério preferencial de acesso à profissão de jornalista a licenciatura na área, jornalismo ou comunicação. O papel da formação académica específica na renovação das redações portuguesas tem sido especialmente enfatizado por diversos autores (Pinto, 2004, p. 56; Fidalgo, 2004, p. 69; Subtil, 2009, p. 94; Marinho, 2011, p. 463; Gomes, 2012, p. 21; Coelho, 2015, p. 286, 287). José Luís Garcia, sem destacar a formação específica, atesta, ainda assim, a consolidação de um padrão – a escolaridade tende a aumentar “à medida que diminui o número de anos de exercício de profissão” (2009, p. 85) – por si só promotor de renovados processos de socialização nas redações.

Mesmo nas realidades geográficas em que o jornalismo se impôs de forma clara como disciplina académica, o fosso aberto com a profissão afirmou-se matriz estruturadora de

ambos os campos. A identidade dos dois universos paralelos (Zelizer, 2004, p. 2), academia e profissão, impôs-se exacerbando diferenças e desvalorizando aproximações.

A presença crescente de estagiários, licenciados em jornalismo/comunicação, nas redações, e a correspondente renovação destas, a partir dessa base de recrutamento, está, todavia, a recriar os ambientes profissionais, crescentemente perpassados por uma homogeneidade cada vez mais definida. Este sinal aproxima, de forma inevitável, os dois mundos paralelos. Entre academia e profissão são cada vez mais as pontes, maiores os laços, menor a desconfiança dos profissionais, a maioria com a mesma base académica, mesmo tendo esta diferentes origens.

Mas estará a academia a fazer uso desse potencial de influência? Não estará a ser mera fornecedora de mão-de-obra qualificada, pronta a usar e disponível para ser moldada pelo mercado? Como poderemos implicar, de facto, a formação académica na reconstrução do jornalismo?

As Influências do Mercado na Estruturação dos Planos de Estudo

O último quartel do século passado, correspondente aos anos da desregulamentação dos *media*, da hiper-concorrência e da hiperconcentração, está, paradoxalmente, na base da segunda vida do ensino do jornalismo. A academia impôs-se como fonte produtora de mão de obra barata, capacitada, apta a servir a avidez dos empregadores. Numa sociedade crescentemente global, o ensino do jornalismo generalizou-se e padronizou-se, seguindo o fluxo de um processo abrangente de “*macdonaldização*” (Papathanassopoulos, 2009, pos. 4060).

Na avaliação que faz desta segunda vida do ensino do jornalismo, James Carey acerta no alvo: os jornalistas hoje têm mais formação, mas menor autonomia (2000).

Em 2015, publicámos um estudo sobre formação académica em jornalismo/comunicação, resultado da nossa investigação de doutoramento, que inclui a análise detalhada de

*Não estará a
academia a ser
mera fornecedora
de mão-de-obra
qualificada, pronta
a usar e disponível
para ser moldada
pelo mercado?*

seis cursos da área em Portugal¹. Esse trabalho deteta o molde do mercado na estruturação dos planos de estudo, sem que esse efeito seja imediatamente perceptível, uma vez que a academia vive na ilusão de ter uma agenda própria.

A análise do campo específico do jornalismo nos planos curriculares dos seis cursos e da sua interligação com

¹ Ao longo do ano letivo de 2010-2011, monitorizámos 67 alunos e estagiários de seis cursos da área de jornalismo/comunicação. Entrevistámos diretores/coordenadores, docentes da área específica de jornalismo, responsáveis nomeados pelas coordenações para auxiliarem os alunos na concretização dos trabalhos académicos de jornalismo e representantes dos grupos de *media* nacionais que acolhem os estagiários. Complementámos este trabalho de campo com entrevistas a um conjunto de jornalistas e académicos de referência.

Em cada curso avaliamos a relação entre a academia e o mercado, observada a partir da abordagem da variante de jornalismo. Por um lado, identificámos o posicionamento da variante no plano de estudos e as ligações que estas uc estabelecem com as restantes do tronco comum; por outro, avaliamos o molde de interseção que estas disciplinas do campo profissional estabelecem com o mundo profissional.

Os cursos analisados foram: Ciências da Comunicação (UNL); Ciências da Comunicação, Jornalismo, Assessoria e Multimédia (UP); Comunicação Social (ESEC); Comunicação e Jornalismo (ULHT); Ciências da Comunicação e da Cultura (ULP); Ciências da Comunicação (ISMAI).

as disciplinas do tronco comum, permitiu-nos identificar oito tendências:

1. Reforço do peso das disciplinas de jornalismo na componente *ateliê* e correspondente desinvestimento nas unidades curriculares (uc) de tronco comum;
2. Crítica dos alunos aos elevados níveis de abstração prática e teórica nos planos curriculares;
3. Alunos que transitam para o segundo ciclo optam, regra geral, por outro estabelecimento de ensino.
4. Estagiários descrevem percurso solitário, onde não são detetáveis os efeitos da monitorização da entidade formadora;
5. A integração da componente digital nos planos de estudo está a autonomizar do jornalismo a sua dimensão tecnológica;
6. O corpo docente da variante é, regra geral, mais instável e menos qualificado do que o restante²;

² Estes dados dizem respeito ao ano letivo de 2010-2011, tendo sido atualizados em 2012-2013. No ponto específico dos docentes de jornalismo houve, entretanto, alterações na composição do quadro dos seis cursos analisados. Permanece a rotatividade, sobretudo entre docentes profissionais, mas em menor

7. Défice de diálogo entre os docentes da variante e entre estes e os restantes, o que contribui para o entrincheiramento da variante;
8. Excessiva liberdade dos docentes na estruturação e aplicação dos programas das respetivas uc.

A Estruturação de um Novo Modelo de Formação

A análise das realidades europeia e americana, possibilitada pelas leituras que concretizámos e as conclusões do nosso trabalho de campo, impulsionaram o exercício académico de estruturação de um novo modelo de formação. Esse modelo tem, na sua base, a articulação entre teoria e prática no interior dos planos de estudo e a promoção de uma aliança estratégica entre a academia e a profissão e, num segundo plano, entre a academia e a comunidade. Essas aproximações pré-anunciam um outro papel para a academia, definitivamente parceira do

jornalismo na prossecução do urgente processo de reconstrução.

Devemos entender jornalismo e universidade como ramos da mesma árvore. A nossa experiência profissional e académica tem sido alimentada por essa formulação. Na nossa ótica, sobressai a ideia de um jornalismo de fronteira, onde a universidade se transformou no prolongamento da ação quotidiana, atribuindo-lhe um lugar próprio de questionamento, que a proximidade do objeto desfoca; participando na busca permanente de um sentido para o jornalismo, nos dias em que todos sentem que podem ser jornalistas; alargando as fronteiras e, simultaneamente, precisando-lhe os contornos. A construção do trabalho académico é permanentemente intermediada pelo jornalismo e pelos métodos que servem de referência ao jornalismo, da mesma forma que a prática jornalística deve receber as influências da academia. Como sustenta Brooke Kroeger, “as ferramentas de um repórter podem ser instrumentos de precisão nas mãos de um académico”, da mesma forma que “os métodos de pesquisa da academia são fundamentais para o jornalista” (2002).

*É no
estabelecimento
de fontes entre
a academia e
a profissão que
devemos ancorar
o urgente processo
de reconstrução
do jornalismo*

escala do que a verificada em 2010-2011. Alguns docentes profissionais convidados completaram, entretanto, os respetivos doutoramentos e foram integrados no quadro dos estabelecimentos de ensino onde já exerciam a docência.

Neste sentido, é no estabelecimento de pontes entre os dois mundos que devemos ancorar o urgente processo de reconstrução do jornalismo. Esta nossa abordagem percorre um trajeto analítico que afirma a formação acadêmica na área do jornalismo/comunicação (e o estudo do jornalismo) como o escudo protetor do jornalista, e do próprio jornalismo, que, contribuindo para melhorar a prática jornalística, preserva a autonomia do campo, permanentemente ameaçada pelo mercado e que a associação às novas tecnologias digitais veio fragilizar mais ainda. Stephen Reese clarifica-nos o papel da academia nessa aliança estratégica, contribuindo, com a sua análise, para demonstrar aos protetores das fronteiras da academia que uma aliança com a profissão não configura uma submissão ou uma violação da identidade; ao invés, nessa aliança estratégica a academia afirma-se farol do jornalismo:

“Quando o prestígio e a credibilidade dos *media* entram em declínio, a academia é o lugar onde a influência pode ser exercida

em nome da recuperação do respeito. Assim, a indústria encontra-se no estranho papel de precisar de ser criticada” (Reese, 1999, p. 77).

O desenho que propomos parte, pois, da aproximação entre dois universos paralelos, ambos reafirmando a identidade que os molda, colocando-a ao serviço de um objetivo mais vasto: a reconstrução do jornalismo.

Esse longo processo força o redesenho da ação dos dois mundos. A seis níveis.

1) Estratégias de coordenação

No essencial, a reconfiguração da relação academia-profissão requer, da parte dos coordenadores/diretores dos cursos, a assunção de responsabilidades efetivas de liderança, superando um défice que identificámos no nosso estudo, cabendo-lhes a definição dos modelos de ensino e monitorizando a aplicação dos mesmos. Nesse sentido, os diretores-coordenadores devem envolver cada docente e cada unidade curricular na estratégia do projeto formativo.

Assim,

- Havendo matérias que requeiram a colaboração pontual de docentes especializados, estes devem assumi-las em ambiente de sala de aula, colaborando com o docente responsável pela uc;
- Havendo zonas de sobreposição nos programas curriculares, devem ser discutidas soluções que as transformem em zonas de complementaridade;
- Os docentes das uc devem ser desafiados a identificar eventuais momentos no programa que propiciem aproximações efetivas ao mundo profissional e à própria comunidade.

2) Diluição das fronteiras entre teoria e prática

A fronteira entre as dimensões prática e teórica no interior do plano de estudos, e a afirmação dessa clivagem entre os docentes associados a cada um dos lados do fosso é o ponto de origem da separação entre academia e mundo profissional. A afirmação de uma aliança estratégica entre os dois

universos paralelos está, pois, dependente da afirmação de idêntico grau de relação no interior dos próprios cursos.

Neste sentido,

- Os docentes das duas dimensões devem trabalhar em conjunto, com o propósito de motivar os alunos a pensar em diferentes formas de aplicação das técnicas jornalísticas, criando abordagens alternativas aos formatos que, diariamente, integram o quotidiano jornalístico. Essas abordagens alternativas pressupõem, não apenas, a exploração de áreas temáticas de trabalho, que rompam a rede informativa que cobre a ação profissional regular, mas, sobretudo, a reinterpretação dos géneros jornalísticos, nomeadamente da reportagem. O aluno que consiga fazer diferente do padrão regular, sem perverter as normas reguladoras da ação profissional, estará mais capacitado para ultrapassar os constrangimentos de um mercado de trabalho em franca regressão. Normalmente, chegados ao mercado, os estagiários sentem que cumprem a missão quando a

sua própria produção jornalística se aproxima do grau de eficiência e de estruturação dos conteúdos concretizados pelos profissionais no ativo; ora, o curso, em geral, e as uc de ação profissional em particular, devem promover no aluno essa vontade de criar a diferença, explorando-a;

- As uc de aproximação ao mundo profissional devem ser ministradas por docentes mistos - professores híbridos ou anfíbios (Taylor, 2004, p. 192). Ao mesmo tempo que deve manter fortes laços com a profissão, o docente misto envolve-se na dinâmica académica. Nos casos em que o docente continue na profissão, este deve estudar formas de participação construtiva, que resultem em benefício do curso, sem prejudicar a relação profissional com a empresa; bastando, para tal, que academia e empresa apreendam as vantagens que um perfil misto pode ter para ambos os lados. Ao mesmo tempo que a reflexão académica contribui para o questionamento da ação quotidiana, melhorando-a, inclusivamente permitindo que o

profissional, munido de competências académicas, promova ações de formação no interior da empresa, a integração de profissionais na docência, com tempo para investigar, dispostos a consolidar as competências académicas, significa, igualmente, a afirmação da ponte com o mercado, fundamental no modelo de formação que propomos. Na nossa aceção, o perfil misto, associado às uc profissionais, integra, igualmente, docentes com experiência profissional e que tenham assumido a opção pela academia, mantendo, todavia, um contacto próximo com a profissão. Entendemos que a docência das uc do campo profissional requer um grau elevado de contacto com a experiência, pelo que o perfil do académico clássico, exclusivamente centrado na investigação, não se adapta. Na nossa aceção, a docência não deverá, igualmente, ser assegurada por docentes profissionais, condicionados pela plena imersão no quotidiano da redação, incapazes de estabelecer laços com a dinâmica académica, e que, permanentemente, secundarizam a

missão de ensinar ao desempenho profissional. O risco de as aulas serem mera antecâmara da redação é demasiado elevado, para que os cursos persistam na contratação de docentes com este perfil;

- O conceito de laboratório carece de reinterpretção, devendo configurar o lugar privilegiado de interseção entre teoria e prática. Neste contexto, as aulas em laboratório devem ser assumidas por docentes com diversas competências, que incentivem os alunos a desenvolver trabalhos específicos (jornalísticos ou académicos) promotores dessa articulação teoria-prática;
- Os órgãos de comunicação social internos, criados no âmbito dos cursos, devem abrir a sua zona de influência, normalmente restringida às uc práticas. Assim, devem ser representativos do curso e coordenados por docentes de uc associadas às duas dimensões, dando visibilidade a trabalhos jornalísticos e académicos de elevada qualidade, concretizados pelos alunos. Esta proposta assume a necessidade de a coordenação/direção do curso patrocinar a criação desses

A docência das uc do campo profissional requer um grau elevado de contacto com a experiência pelo que o perfil exclusivamente centrado na investigação não se adapta

órgãos de comunicação social internos, representativos do projeto formativo, evitando assim que cada docente crie a sua própria mostra, diretamente relacionada com a unidade curricular que leciona.

3) O caso específico dos estágios

A análise das experiências relatadas pelos alunos estagiários, que integram o nosso painel, complementada com as entrevistas aos docentes de jornalismo, permitiu-nos detetar um corte de laços entre a escola e a empresa de acolhimento. A monitorização dos estágios permitiu-nos, igualmente, perceber os reflexos desse corte no acompanhamento, pela escola, dos percursos dos alunos. O aluno corta os laços, mas a escola não se envolve na sua recuperação. Limita-se a nomear orientadores que não exercem a função ou, simplesmente, abandonam os alunos à sua sorte, permitindo que enfrentem sozinhos a complexidade da incursão no mundo profissional.

No nosso estudo, observámos a existência de três modelos de estágio: o corte, liminar, dessa via de

contacto privilegiado com o mercado (UNL; ULP); fazer depender a obtenção do diploma da frequência de um semestre de estágio, o que reduz a expressão letiva do curso a cinco semestres (ESEP, UP); e a situação intermédia de atribuição ao estágio de um conjunto de créditos equivalente a uma ou duas unidades curriculares (ISMAI, CJ – nove créditos).

Na nossa proposta, o estágio assume um papel determinante no primeiro ciclo, distanciado, todavia, das práticas que observámos.

Entendemos que o contacto com o mercado é fundamental para o aluno, mas deve ser estabelecido de forma faseada e progressiva, ao longo de todo o primeiro ciclo. Assim, a estratégia de coordenação deve definir o modelo de incursão dos alunos no mercado e associá-lo às diversas unidades curriculares do plano de estudos, independentemente de se tratar de uma disciplina mais teórica ou mais prática. Os primeiros dois semestres do percurso formativo, normalmente mais teóricos, não deverão dispensar o estabelecimento dessas pontes, proporcionando aos alunos a possibilidade de trabalharem modelos

teóricos associados à ação jornalística, observando práticas quotidianas. O que preconizamos, para estes dois primeiros semestres, é o estabelecimento de pontes de contacto entre os docentes das uc teóricas, que tenham no programa o estabelecimento dessas pontes, a definição conjunta das práticas que serão observadas e dos ângulos de observação, de forma a limitar o tempo de permanência dos alunos na redação. Preferencialmente, esses docentes poderão requerer a colaboração dos docentes mistos, responsáveis pelas uc práticas, para aprofundamento da idiossincrasia da redação e agilizar o contacto com as empresas jornalísticas. Na lógica da aproximação progressiva ao mercado, que defendemos no nosso modelo, a permanência dos alunos na redação deve ir aumentando à medida que as uc, classificadas como práticas, adquiram uma maior expressão nos planos curriculares, devendo, no terceiro ano, existir um período máximo de permanência do aluno na redação de um mês. Essa permanência na redação deve estar associada a uma das unidades curriculares do terceiro ano que reflita a maior aproximação

à profissão. Essa uc terá um docente regente, mas pela sua abrangência, contará com a colaboração de outros docentes, sobretudo dos que, nesse ano letivo, assumirem responsabilidades de orientação dos estágios. Os alunos poderão escolher o meio de comunicação social e a plataforma onde farão esse estágio, de entre o leque de opções que integrem o protocolo estabelecido pelo curso. O orientador do estágio poderá ser escolhido de acordo com a área de trabalho que o aluno desenvolver nesse contacto com a empresa. Anualmente, a coordenação nomeará docentes das diversas áreas para assumirem responsabilidades de orientação. Durante esse mês de estágio, o aluno desenvolverá um programa de trabalho previamente definido com o orientador. A permanência na empresa incidirá, sobretudo, na observação das práticas quotidianas, com o propósito claro de produzir um trabalho académico de reflexão sobre essas práticas. Ao contrário do que acontece nos casos que analisámos, o trabalho académico não deve restringir-se ao relato diacrónico da experiência do aluno, sem a associação a uma dimensão reflexiva

que, verdadeiramente, atribui sentido e utilidade a essa experiência.

Os diversos contactos, que o aluno de primeiro ciclo estabelecer com o mercado, representam, exclusivamente, momentos de entrecruzamento da prática com os modelos teóricos aprofundados ao longo do percurso, devendo o respetivo desenho, e aplicação do mesmo, ser da responsabilidade do estabelecimento de ensino. Os docentes responsáveis pelas unidades curriculares promotoras dessas pontes nos primeiros quatro semestres do curso, e o docente orientador do estágio de um mês, associado a uma unidade curricular do sexto semestre, devem interagir com o aluno como em qualquer outro processo de aprendizagem integrado no programa da respetiva unidade curricular.

A análise que fizemos dos diversos planos curriculares, e o aprofundamento do impacto nos alunos das matérias apreendidas, demonstra-nos, de forma clara, que um percurso de seis semestres não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado. O contacto diário com a rotina profissional só deve ser assumido depois de exploradas as vias de interligação

entre prática e teoria, e esse processo deve ser aprofundado no segundo ciclo. O estágio é o tempo em que o aluno pode, finalmente, provar que está apto a apreender a complexidade da profissão. Um bom desempenho representa uma oportunidade de contratação, pelo que, incursões autónomas titubeantes, porque assumidas antes do tempo, podem representar o efeito contrário.

4) Pontes com o mundo profissional

Paralelamente à participação progressiva do aluno em ambiente profissional, a envolver, como vimos, diversas unidades curriculares, as pontes devem estender-se aos restantes agentes que participam no processo formativo.

Desde logo os docentes.

- Nessas incursões, os docentes devem observar e investigar as rotinas profissionais com o propósito claro de, nesse posto de observação privilegiado, estreitarem laços com o mercado, refletindo sobre a profissão, devendo o resultado

dessas investigações ser apresentado e discutido com os grupos de *media* de acolhimento;

- No âmbito da desejada aproximação entre os dois mundos, os projetos formativos devem incentivar os grupos de *media* a promoverem, junto dos seus profissionais, a criação de condições para um regresso à academia, frequentando programas de pós-graduação, estudos de segundo e terceiro ciclo, simultaneamente adquirindo novas competências académicas e refletindo sobre a prática quotidiana, contribuindo para a sua melhoria;
- Da mesma forma, os grupos de *media* devem ser desafiados a permitir que profissionais com competências específicas promovam, por curtos períodos de tempo, ações de formação complementares, associadas a unidades curriculares específicas, contribuindo, essas ações, para estabelecer pontes diretas de contacto dos alunos com o quotidiano profissional;
- Idealmente, os cursos e os grupos de *media* devem estabelecer protocolos de colaboração abrangentes, úteis para as duas partes. Neste

sentido, aos grupos de *media* deve ser sugerido que disponibilizem meios técnicos e humanos que participem na formação de profissionais que, na academia, auxiliem os alunos na concretização de trabalhos curriculares, como contrapartida à participação de docentes do curso em ações de formação específicas junto dos meios de comunicação social que integram o *portfólio* do grupo.

5) Pontes com a comunidade

- Nas comunidades de proximidade, o curso (vertente de jornalismo) deve transformar-se num agente de desenvolvimento, animando projetos jornalísticos que promovam a discussão, a troca de ideias, e que questionem as elites, integrando no debate as opiniões dos agentes sociais que, habitualmente, são excluídos dos processos de decisão;
- Os órgãos de comunicação social internos devem estabelecer pontes preferenciais com o serviço público de rádio e televisão, nas suas diversas plataformas, produzindo dois programas de informação (um

Nas comunidades de proximidade o curso de jornalismo deve transformar-se num agente de desenvolvimento

por semestre), em versão multimédia, televisiva e radiofónica, que sejam a montra dos melhores trabalhos do curso;

- A direção/coordenação dos cursos deve incentivar a participação regular de jornalistas, empresários de *media*, políticos, académicos de diversas áreas e outros profissionais em unidades curriculares específicas, discutidas entre a direção/ coordenação e os docentes do curso;
- Deve ser avaliada a criação de um Conselho Consultivo do curso que integre coordenação/direção, representantes de centros de investigação associados ao curso, Professores Jubilados, antigos alunos, jornalistas de referência e empresários de *media*. Um olhar externo afigura-se decisivo para a consolidação do próprio projeto formativo;
- A vertente de jornalismo deve organizar a visita de alunos a diversas entidades públicas (Parlamento, autarquias, ministérios, tribunais, hospitais, forças armadas, polícias, proteção civil, etc.) no sentido de observar, no local, formas

de organização, funcionamento e missão pública. Esta tarefa deve ser associada à uc de Funcionamento do Estado e Problemas Sociais, uma unidade curricular que integra a nossa proposta de modelo de formação, que a seguir apresentaremos.

6) Pontes com outros projetos formativos da área, em Portugal e no estrangeiro.

Com o propósito de estudar formas funcionais de interligação entre teoria e prática no interior dos currículos e analisar pontes bem-sucedidas da academia com o mercado e com a comunidade, os cursos devem promover laços com universidades estrangeiras, onde essas experiências ocorram, e desenvolver idêntico esforço de entrecruzamento, com os mesmos propósitos, a nível nacional. Para tal, deverão ser dados alguns passos concretos:

- Incentivar a aplicação de programas de intercâmbio de docentes com universidades estrangeiras, onde a experiência portuguesa possa ser confrontada com a de

outras realidades geográficas. A introdução de práticas de docência e de conteúdos curriculares de países que já consolidaram o jornalismo, enquanto disciplina académica, será decisiva no necessário processo, de longo prazo, de refundação do ensino da área em Portugal. Os programas de intercâmbio, que atualmente existem, dependem muito do voluntarismo dos docentes, não integrando a estratégia de coordenação; a nossa proposta pressupõe que essa troca de experiências se transforme numa prática regular, consubstanciada, não apenas, na deslocação de docentes a outros países, para desenvolverem programas curriculares específicos, como já acontece, mas, igualmente, na frequência de ações de formação em áreas estratégicas para as coordenações dos cursos, cujo resultado possa, posteriormente, ser transmitido ao corpo docente. Deverá ser feito um esforço para que as boas práticas, observadas nessas incursões, sejam discutidas e integradas no plano de estudos;

- Tornar regular o intercâmbio de docentes entre os diversos cursos da área a nível nacional, seguindo o guião definido no ponto anterior;
- Promover a criação de associações de docentes dos diversos cursos, organizadas por área de saber, com o propósito de estabelecer algum grau de uniformização de programas curriculares específicos e da bibliografia nas unidades curriculares dessas áreas. O resultado dessas discussões seria, posteriormente, transmitido às direções/coordenações dos cursos, podendo as conclusões ser aplicadas depois de previamente discutidas com o corpo docente.

Plano de Estudos

A nossa proposta pressupõe uma articulação direta entre o primeiro e o segundo ciclos, partindo do princípio de que a conclusão do primeiro ciclo não prepara o aluno para uma integração autónoma no mercado. Essa maior interligação entre os dois ciclos, ao mesmo tempo que, no segundo ciclo, abre uma via de investimento na especialização em áreas de interesse

do futuro profissional, elege o estágio elemento de ligação ao mercado; a um outro nível, o segundo ciclo pode criar, igualmente, as condições para um trajeto académico mais centrado na investigação. Esta articulação, entre os dois ciclos de estudo, entrega ao primeiro ciclo a responsabilidade pela formação geral (de base) e a formação especializada ao segundo.

O curso de ciências da comunicação, variante de jornalismo, deve adotar um tronco comum nos primeiros três semestres, devendo o aluno ter a possibilidade de começar a frequentar unidades curriculares específicas da variante a partir do quarto semestre. Libertadas da componente exclusivamente prática, que caracteriza a maioria das uc da variante de jornalismo nos cursos que analisámos na nossa investigação de doutoramento, e estabelecendo interligações com a comunicação e com as ciências sociais e humanas, que lhes garantem maior abrangência, as unidades curriculares de jornalismo poderão, assim, assumir uma maior expressão nos planos de estudo. Neste sentido, a nossa proposta prevê a atribuição de um peso semelhante à variante (85 créditos) e

ao tronco comum (75 créditos), totalizando 160 créditos. Para completar os restantes 20, o aluno pode selecionar unidades curriculares de entre a oferta do estabelecimento de ensino de acolhimento do curso, ou incluir unidades das outras variantes; em ambos os casos, o aluno pode investir em áreas de interesse individual, ou que considere complementares do jornalismo. A seleção desses 20 créditos pode gerar um aprofundamento da articulação com o segundo ciclo, se a escolha promover a constituição de uma base teórica de áreas especializadas do jornalismo.

Tronco Comum

Ao nível do tronco comum, a nossa proposta recupera parte da oferta já identificada nos diversos cursos (Comunicação e Ciências Sociais; Teoria da Comunicação; Sociologia da Comunicação; Antropologia da Comunicação; Filosofia da Comunicação; Economia da Informação; Semiótica; Discurso dos Media) e sublinha a necessidade de existirem outras unidades complementares.

O objetivo central do tronco comum consiste na afirmação da comunicação

como a casa natural do jornalismo, na integração da dimensão do público (e do que essa integração representa nas profissões da comunicação, implicando o reforço da componente ética) e na clarificação das fronteiras entre jornalismo, relações públicas e publicidade. Vão neste sentido as unidades curriculares, complementares à oferta existente, que propomos: História da Comunicação; Público, Cidadania e Ética Profissional; Jornalismo/Relações Públicas e Publicidade; Comunicação e Política; Portugal Contemporâneo no Contexto Global; Literatura e Narrativas Visuais.

Variante

A variante reforça a componente reflexiva, estabelecendo uma ponte direta com os quadros concetuais trabalhados no tronco comum. Essa dimensão reflexiva incorpora o estudo da missão e valores do jornalismo e a avaliação dos efeitos do mercado e da tecnologia na ação quotidiana. A partir desta incorporação, a variante deve trabalhar a dimensão do público e a comunicação gerada no decurso do processo de produção informativo. As unidades curriculares que

propomos para a variante constituem um polo de valorização do jornalismo, distinguindo-o dos demais subcampos específicos da comunicação: Jornalismo e Mercado (a identificação do papel que o mercado exerce no jornalismo e dos constrangimentos que essa dimensão provoca à ação profissional cotidiana); Jornalismo e Tecnologia (interpretação da relação que a tecnologia estabelece com o jornalismo e do lugar que aquela ocupa); Funcionamento do Estado e Problemas Sociais (análise do funcionamento do país e do Estado e identificação dos problemas sociais que podem pôr em causa esse funcionamento); Jornalismo, Mutação dos *Media* e Especificidade das Plataformas Mediáticas (análise da evolução tecnológica que, ao longo das épocas, teve especiais reflexos nos dispositivos tecnológicos de distribuição das mensagens e avaliação dos efeitos dessa evolução no conteúdo dessas mensagens); Elementos do Jornalismo (promove a interligação entre o tronco comum e as uc da variante. Identifica cada um dos elementos centrais do jornalismo e analisa-os profundamente, detalhando a forma como o mercado e as novas tecnologias influenciaram

*Aceitamos que a
ação jornalística,
na era digital,
requeira a
integração de
novas funções
tecnológicas,
mas essas não
são de molde
a absorvê-la,
condicionando-a*

a aplicação desses elementos); Direito e Deontologia Profissional (analisa o campo legal do jornalismo, o edifício legislativo que regula a ação profissional e o funcionamento dos *media* e o estatuto dos jornalistas); Jornalismo e Literacia Mediática (convoca, de novo, o conceito de público e foca-se na interseção entre a nova centralidade, potenciada pelas novas tecnologias digitais, e a produção jornalística, detalhando o reforço do compromisso com a ética profissional e afirmando a nova responsabilidade do jornalista e do público); Sustentabilidade do Jornalismo e Empreendedorismo (reflete sobre o futuro do jornalismo de qualidade. Discute novas soluções de negócio que, por um lado, salvaguardem a essência do jornalismo e que, por outro, não imponham a transformação do jornalista num gestor); A Notícia (avalia a função social da notícia ao longo das épocas e a forma como ela se transformou na base do jornalismo profissional, cujas raízes remontam ao século XIX. Avalia o que é notícia e discute os critérios de noticiabilidade); A Reportagem (aprofunda as origens da reportagem, reconhecendo os elementos distintivos que, ao longo das

épocas, lhe foram conferindo a especificidade que a transformou no chamado “gênero nobre” do jornalismo); Jornalismo de Investigação (parte da missão do jornalismo e do papel que ele desempenha na preservação da democracia, para enunciar as especificidades associadas à investigação - ao nível dos métodos de trabalho, missão e grau de compromisso com os valores que moldam a profissão); Jornalismo de Proximidade (avalia a especificidade - e os condicionalismos - da ação quotidiana exercida fora dos grandes centros, onde as comunidades de proximidade refletem uma tendência para a valorização das elites, marginalizando os atores sociais que não alinham na promoção do falso consenso, imposto a partir do topo, instigador da manutenção do estado das coisas).

Ação Jornalística (Laboratórios)

As uc de ação jornalística devem afirmar o primado dos gêneros jornalísticos. O jornalismo não deve ficar refém da forma, imposta pela especificidade das plataformas distribuidoras,

ainda que os alunos desenvolvam competências que lhes permitam adaptar a ação profissional quotidiana aos diversos meios.

O investimento dos programas nos gêneros jornalísticos deve estabelecer compromisso, sobretudo, com a reportagem. Estas abordagens serão testadas, no final do percurso académico de primeiro ciclo, no laboratório privilegiado da academia. Esta dimensão laboratorial do plano de estudos é, como lhe chama Carlos Chaparro, a “espinha dorsal” do curso – o espaço de atração e de integração das diversas vertentes do saber, exploradas ao longo do percurso formativo (*apud* Pinto, 2004, pp. 101-103).

Escrita Jornalística (debruça-se sobre as características do texto jornalístico, que detalha, e a forma como ele se deve adaptar à especificidade de cada uma das plataformas mediáticas); Laboratório Jornalísticos: A Notícia (o objetivo final deste processo, centrado na notícia e em todo o seu processo de produção, é a publicação, em diversas plataformas, nos órgãos de comunicação social internos, ou naqueles com quem o curso estabeleça laços privilegiados);

Laboratório Jornalístico: A Entrevista (a funcionar nos mesmos moldes e com os mesmos objetivos); Laboratório Jornalístico: a Reportagem/Estágio (o dobro do tempo letivo e dos créditos; a síntese integral de todo o percurso formativo). Tal como nos laboratórios de notícia e entrevista, no de reportagem o aluno é desafiado a mobilizar todos os conceitos apreendidos no curso, estando, para tal, prevista a participação de docentes das diversas áreas. Esta uc estabelece, igualmente, as pontes privilegiadas de interseção dos alunos com o ambiente semiprofissional (órgãos de comunicação social internos) e profissional (meios de comunicação social exteriores ao *campus*), nas diversas modalidades: observação de rotinas, discussão das mesmas em ambiente de sala de aula, produzindo reflexão sobre elas; ação jornalística: produzindo e concretizando reportagens nos órgãos de comunicação social internos e acompanhando repórteres em ambiente profissional, estruturando, posteriormente, guiões de apresentação das reportagens acompanhadas, que serão apresentados e discutidos em aula.

Conclusão

As novas tecnologias digitais, aplicadas ao jornalismo, influenciaram todo o mapa dos meios, promovendo alterações substanciais na ação jornalística quotidiana, desde logo no processo produtivo da notícia, reforçando o peso do público, que o jornalismo tradicional colocava em segundo plano. Na nossa aceção é o jornalismo, no seu todo, que requer um processo de formação que integre a dimensão tecnológica, estendendo os seus efeitos a todo o plano de estudos, ao invés de criar áreas de estudo autónomas, associadas a um único meio, ou, o que se nos afigura ainda mais complexo, oferecendo simples unidades curriculares de prática tecnológica (programação; análise e descodificação de *softwares*, etc.), de onde parecem estar ausentes uma dimensão reflexiva, bem como as associações diretas à prática jornalística.

Em 2009, Lennart Weibull reconheceu que “os modelos de formação têm estado na dependência do desenvolvimento dos *media*”, sobretudo da rádio e da televisão, o que pressupõe que o crescente peso da Internet acabe por “significar mais formação nessa

área” (pos. 1272). Ora esta estreita relação entre a formação e as plataformas mediáticas, que, de facto, tem tido, também em Portugal, uma marca efetiva, promovendo desdobramentos, no primeiro ciclo, de unidades curriculares autónomas, associadas a cada um dos meios clássicos e à Internet, exige reavaliação.

As novas tecnologias permitiram que o mercado criasse uma paleta de novas exigências e, uma vez mais, as necessidades da indústria reclamaram a resposta imediata da formação académica. O novo quadro tecnológico não pode ser desenquadrado da variável (económica) que deseja, de novo, ser servida, forçando a adaptação da academia.

Aceitamos, pois, que a ação jornalística, na era digital, requeira a integração de novas funções tecnológicas, mas essas não são de molde a absorvê-la, condicionando-a. O processo de recolha, apresentação e distribuição de informação, que constitui a base da ação jornalística quotidiana, sempre exigiu a associação a uma dimensão tecnológica (paginação, composição, edição de texto, de áudio, de vídeo), a integração da componente digital

continua a reclamar essa associação, certamente mais complexa, certamente mais determinante no resultado final, mas o princípio é, forçosamente, o mesmo. Confrontada com o ambiente digital, a ação jornalística nos próprios meios clássicos forçou os jornalistas a adquirirem novas competências tecnológicas, apreendendo a lógica de funcionamento de novos programas de edição e de modelos de interligação (convergência) entre as diversas plataformas mediáticas. O jornalismo, todavia, deve resistir e jamais aceitar que a associação a novas tarefas tecnológicas suscite equiparação das mesmas ao padrão que molda a ação profissional.

No início do século XXI, Betty Medsger alertava-nos, exatamente, para os riscos da externalização da dimensão tecnológica nos planos de estudo, que ameaçava torná-la incontrolável, a ponto de fragilizar o próprio jornalismo e o compromisso com os valores que o enformam (2000: 202). Quando, em ambiente profissional, começa a ser explícita a tentação para produzirmos conteúdos à medida de novas plataformas mediáticas de distribuição, tecnologicamente mais

avançadas, sobretudo as utilizadas pelos mais jovens, é essa externalização incontrolável da tecnologia que se sobrepõe. A necessidade, óbvia, de os conteúdos jornalísticos se adaptarem às especificidades das diferentes plataformas não deve ser confundida com o domínio da tecnologia sobre os conteúdos, dando-lhe o direito de condicionar/selecionar temas e abordagens. Este é o tempo para reafirmarmos o jornalismo e a sua missão. E essa mantém “uma constância admirável” que a torna imune à tecnologia e aos próprios jornalistas (Kovach e Rosenstiel, 2001, p. 15).

Bibliografia

- Carey, J. W. (2000^a). “Recensão” de *Rich Media, Poor Democracy: Communication Politics in Dubious Times*, de Robert W. McChesney, 54 (2), (“Nieman Reports”) 67-68. Acedido em <http://www.nieman.harvard.edu/reports/article/101943/Journalism-and-Democracy-Are-Names-for-the-Same-Thing.aspx> (policopiado em fevereiro de 2013).
- Coelho, P. (2015). *Jornalismo e Mercado, os novos desafios colocados à formação*. Covilhã: Livros Labcom.
- Fidalgo, J. (2004). Jornalistas: um perfil socioprofissional em mudança. *Revista Comunicação e Sociedade*, 5, 63-74.
- Garcia, J. L. (2009). Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática. In José Luís Garcia (Ed.). *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses* (pp. 63-91). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Gomes, A. (2012). *Nos Bastidores dos Teledjornais*. Lisboa: Tinta da China.
- Kroeger, B. (2002). Journalism with a scholar’s intent. In A. Atkins, A. O’Hehir & J. Rosen, (Ed.), *Zoned for Debate (essays)*. New York: NYU. Acedido em <http://journalism.nyu.edu/publishing/archives/debate/forum.1.index.html>, (policopiado em outubro de 2005).
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo: O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público exigir*. Porto: Porto Editora.
- Marinho, S. (2011). *Formação em Jornalismo numa Sociedade em Mudança*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.
- Medsker, B. (2000). Visions of mass media education. In T. Dickson, *Mass media education in transition, preparing for the 21st Century*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 200-203.
- Papathanassopoulos, S. (2009). Introduction: The Mediterranean/Polarized Pluralist Media Model Countries. In Georgios Terzis (Ed.), *European Journalism Education*. Chicago: Intellect kindle, 4724-4881.
- Pinto, M., Sousa, H., Fidalgo, J., Lopes, F. & Moutinho, S. (2004). Debater a formação em jornalismo é debater o próprio jornalismo, entrevista com o professor Manuel Chaparro. *Revista Comunicação e Sociedade*, 5, 95-107.
- Pinto, M. (2004). O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: crise de crescimento e notas programáticas. *Revista Comunicação e Sociedade*, 5, 49-62.
- Reese, S. D. (1999). The progressive potential of journalism education: recasting the academic versus professional debate. *The International*

Journal of Press/Politics, 4 (4), 70-94.

Subtil, F. (2009). Anotações sobre o processo de feminização do jornalismo na década de 1990. In José Luís Garcia, (Ed.), *Estudos Sobre os Jornalistas Portugueses*. Lisboa: ICS.

Taylor, J. (2004). The vocalization of undergraduate study, some gains and losses in the first round of the development of journalism as a discrete area of media practice in higher education. In *Journal of Media Practice*, 4 (3), 187-195.

Weibull, L. (2009). Introduction: the northern European democratic corporatist media model countries. In Georgios Terzis (Ed.), *European Journalism Education*. Chicago: Intellect kindle, 1133-1296.

Zelizer, B. (2004). *Taking Journalism Seriously, News and the Academy*. Londres: Sage.